

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL**

2018/10/04

**ATA NÚMERO 28/2017-21 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAROUCA DE 04 DE OUTUBRO DE 2018**

Aos quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, nesta cidade de Tarouca, edifício dos Paços do Município, Salão Nobre das Reuniões, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara, Valdemar de Carvalho Pereira, com a assistência da Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira, Luísa Maria de Sousa Teixeira Ramos e a presença dos Senhores Vereadores Afonso Manuel Batista Dias, José Damião Lopes Guedes de Melo, Susana Cristina Dias Pereira e Ana Maria Silva Xavier Guerra, teve lugar a vigésima oitava reunião desta Câmara Municipal, no mandato autárquico de dois mil e dezassete - dois mil e vinte e um.

O **Senhor Presidente da Câmara** declarou aberta a reunião pelas dez horas.

Passou-se de imediato à

**APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR**

Presente a minuta da ata número vinte e sete da reunião desta Câmara Municipal de vinte de setembro findo.

Não tendo sido apresentadas alterações, foi deliberado por unanimidade aprovar a ata número vinte e sete da reunião desta Câmara Municipal de vinte de setembro findo.

A **Senhora Vereadora Ana Maria Silva Xavier Guerra** não participou na aprovação da ata, por não ter estado presente naquela reunião.

Passou-se de seguida ao

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

A **Senhora Vereadora Ana Maria Silva Xavier Guerra** perguntou se há intenção de efetuar alguma intervenção na cozinha da Escola C+S, porque necessita de melhoramentos.

Perguntou ainda se a manutenção do espaço de jardim dos prédios construídos tem que ser feita pela Câmara Municipal ou é uma obrigação do condomínio.

O **Senhor Presidente da Câmara**, em resposta, informou o seguinte:

1º está a ser efetuado um levantamento, pelos serviços técnicos, das obras que é necessário fazer, incluindo o sistema de AVAC, quer na Escola C+S, que no Centro Escolar, para ser enviado à Direção-Geral da Educação. Estima-se que o respetivo valor seja de quinhentos mil euros;

2º os espaços de jardim são espaços públicos, que após a receção das obras de urbanização são entregues ao Município, a quem compete a respetiva manutenção.

A **Senhora Vereadora Ana Maria Silva Xavier Guerra** alertou ainda para os vidros que continuam espalhados pelo chão, junto aos ecopontos, nos Esporões.

O **Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo** disse que de cada vez que há alertas de lixo espalhado na via pública, os serviços municipais procedem à respetiva

limpeza, mas infelizmente não conseguem alterar comportamentos reiterados das pessoas.

**O Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias** solicitou esclarecimentos sobre as condições e o contexto da oferta dos dois miniautocarros, ao Município e à Santa Casa da Misericórdia de Tarouca.

Em resposta, o **Senhor Presidente da Câmara** informou que aquando das reuniões com o representante da Eólica da Linha, Sr. Eng.º Lobo Gonçalves, para instalação do novo parque eólico em Tarouca, lhe sugeriu a atribuição de uma comparticipação adicional.

Uma vez que a empresa apenas podia atribuir apoios a instituições de solidariedade social, nomeadamente para obras. Contudo, após negociação, conseguiu obter a doação, ao abrigo da Lei do Mecenato, dos dois miniautocarros.

Concluiu dizendo que, da parte da Câmara Municipal houve persistência, e que o Sr. Eng.º Lobo Gonçalves foi excelente na forma como tratou o assunto.

Por último, o **Senhor Presidente da Câmara** agradeceu a todos os Senhores Vereadores a forma como participaram nas Festas de S. Miguel e a todas as instituições que ali se fizeram representar, pelo trabalho que têm feito.

**A Senhora Vereadora Ana Maria Silva Xavier Guerra** agradeceu a oferta que o Município fez ao GASPTA.

**O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo** solicitou autorização para introduzir na ordem do dia a atribuição de um subsídio à Santa Casa da Misericórdia de Tarouca e à Associação de Moradores de Arguedeira, para pagamento de refeições nas Festas de S. Miguel.

Foi deliberado por unanimidade autorizar o solicitado.

Terminado o período de antes da ordem do dia, e verificando-se que não havia público presente, passou-se de imediato à discussão da seguinte

#### **ORDEM DO DIA**

**PONTO 1** - Associação Recreativa e Cultural de Dálvares - Apoio ao desenvolvimento das atividades a desenvolver no ano 2018

**PONTO 2** - Apoios concedidos a entidades e organismos legalmente existentes, com vista à prossecução de obras e eventos de interesse para o município, bem como às freguesias (alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09) - Período de 22.08.2018 a 01.10.2018

**PONTO 3** - Apoios concedidos para atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município (alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09) - Período de 22.08.2018 a 02.10.2018

**PONTO 4** - Processo n.º 3/99- Operação de Loteamento com obras de urbanização no Lugar do Mártir de S. Sebastião  
Titular: Carlos Lourenço, Filho e Genro, Lda



099  
FI  
*[Signature]*

## MUNICÍPIO DE TAROUCA

CÂMARA MUNICIPAL

2018/10/04

Obras de Urbanização - Execução dos trabalhos em falta pelo Município - **Proposta de Decisão**

**PONTO 5** - Processo n.º 136/18 - Alteração/ampliação de um edifício de habitação sito no Lugar da Costa - Dálvares  
Titular: Dina Maria Carmo Correia Di Luigi - **Proposta de aprovação do projeto de arquitetura**

**PONTO 6** - Processo n.º 204/17 - Pedido de alteração da operação de loteamento, sita no lugar de Souto do Mercado, Tarouca

Requerente: Eduardo da Conceição Pereira da Silva -  
**Proposta de decisão sobre a alteração do uso dos lotes 5 e 6**

**PONTO 7** - Resumo diário da tesouraria

**PONTO 8** - Abate de bens móveis por motivo de avaria/obsolescência e destruição aquando do incêndio de 17.02.2017 - proposta de deliberação

**PONTO 9** - Processo n.º 148/18- Alteração e ampliação do edifício da Creche e Pré-Escolar sito na Rua de S. Miguel  
Requerente: Santa Casa da Misericórdia de Tarouca -  
**Proposta de decisão**

**PONTO 10** - Atribuição de subsídio à Santa Casa da Misericórdia de Tarouca e à Associação de Moradores de Arguedeira, pela atividade prestada no evento Sabores do Varosa

**PONTO 1 - ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL DE DÁLVAIRES - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES A DESENVOLVER NO ANO 2018**

Presente o plano de atividades da Associação Recreativa e Cultural de Dálvares "Flor do Sabugueiro", para o ano de dois mil e dezoito e respetivo orçamento no valor total de € 15.300,00 (quinze mil e trezentos euros).

Apreciados estes documentos, foi deliberado por unanimidade atribuir à Associação Recreativa e Cultural de Dálvares - Flor do Sabugueiro, um subsídio no montante de € 2.000,00 (dois mil euros), destinado à realização das suas atividades culturais e recreativas previstas para o corrente ano, dado o interesse que as mesmas têm para a promoção da cultura do concelho e para a ocupação dos tempos livres (alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09).

Foi ainda deliberado por unanimidade aprovar a minuta do protocolo de colaboração a celebrar.

**PONTO 2 - APOIOS CONCEDIDOS A ENTIDADES E ORGANISMOS LEGALMENTE EXISTENTES, COM VISTA À PROSECUÇÃO DE OBRAS E EVENTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO, BEM COMO ÀS FREGUESIAS NO PERÍODO DE 22.08.2018 a 01.10.2018- INFORMAÇÃO**

Presente a seguinte informação do Senhor Presidente da Câmara:

**"Apoios concedidos a entidades e organismos legalmente existentes, com vista à prossecução de obras e eventos de**

interesse para o município, bem como às freguesias (alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09)

Período de 22.08.2018 a 01.10.2018

Informação nos termos do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

❖ **Fábrica da Freguesia da União das Freguesias de Gouveias e Ucanha**

Total: €561,60

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção), para casa memoria José Leite Vasconcelos - Ucanha;

❖ **Freguesia de Mondim da Beira**

1.Total: € 142,99

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção), para o regadio da capela em Mondim de Cima;

2.Total: € 25,09

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção), para o regadio do Farnel em Mondim da beira;

❖ **Freguesia de Salzedas**

1.Total: € 85,79

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção), para o regadio do funchal em Meixedo - Salzedas;

❖ **Freguesia da União das Freguesias de Tarouca e Dálvares**

Total: € 135,70

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção) para a capela Mortuária de Valverde - Tarouca.

❖ **Fábrica da Igreja Paroquial de Ucanha**

Total: € 61,50

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção) para a Casa Paroquial de Ucanha.

Tarouca, 02 de outubro de 2018

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade ratificar os apoios concedidos.

**PONTO 3 - APOIOS CONCEDIDOS PARA ATIVIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, EDUCATIVA, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA DE INTERESSES PARA O MUNICÍPIO NO PERÍODO DE 22.08.2018 a 01.10.2018 - INFORMAÇÃO**

Presente a seguinte informação do Senhor Presidente da Câmara:

"Apoios concedidos para atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município (alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09)

Período de 22.08.2018 a 02.10.2018

Informação nos termos do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

❖ **Fábrica da Igreja Paroquial de Salzedas**

Total: € 381,60

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL**

2018/10/04

Finalidade: Apoio em espécie (produtos alimentares) aquando da realização das festas em honra de N.ª Sr.ª da Piedade e Santa Bárbara nos dias 17 a 19 de agosto.

❖ **Clube de Tiro Douro Sul**

Total: € 752,76

Finalidade: Apoio em espécie (material publicitário) aquando da realização do evento IPSC OPEN nos dias 8 e 9 de setembro de 2018.

❖ **Fábrica da Igreja Paroquial de Tarouca**

1.Total: € 717,71

Finalidade: Apoio em espécie (rifas) para as atividades do Grupo de Escuteiros 1006.

2. Total: € 615,00

Finalidade: Apoio em espécie (material pirotécnico) para as festas em honra de Santa Tecla em valverde, dia 02/09/2018.

3. Total: € 369,00

Finalidade: Apoio em espécie (quadro elétrico) aquando das festas em honra de Santa Helena.

❖ **Fábrica da Igreja Paroquial de São João de Tarouca**

Total: € 300,00

Finalidade: Apoio em espécie (flores) aquando da realização das festas em honra S. Bernardo no dia 19 de agosto.

❖ **Fábrica da Igreja Paroquial de Gouviães**

Total: € 615,00

Finalidade: Apoio em espécie (material pirotécnico) para a Festa em Honra de Santa Maria Madalena no dia 22/07/2018.

❖ **Fábrica da Igreja Paroquial de Ucanha**

1.Total: € 300,00

Finalidade: Apoio em espécie (atuação de grupo musical), aquando das festas em honra de São Marcos em Valdevez no dia 25/04/2018.

2.Total: € 500,00

Finalidade: Apoio em espécie (material pirotécnico), aquando das festas em honra de nossa Senhora da Ajuda em Ucanha no dia 26/08/2018.

❖ **Fábrica da Igreja Paroquial de Vila Chã da Beira**

Total: € 615,00

Finalidade: Apoio em espécie (material pirotécnico) para a Festa em Honra de Nossa Senhora das Graças e Santa Bárbara, em Vila Chã da Beira, nos dias 25 e 26 de agosto de 2018.

❖ **Vale do Varosa - Associação de Desenvolvimento Local**

Total: € 1.542,51

Finalidade: Apoio em espécie (produtos alimentares) para a 3ª Edição do Estágio de Sopros.

❖ **Associação Desportiva e Recreativa Tarouquense**

Total: € 293,44



Finalidade: Apoio em espécie (produtos alimentares) para o Torneio realizado no dia 2 de setembro de 2018.

- ❖ **Associação de Dadores Benévolos de Sangue da Cidade de Tarouca**

Total: € 283,52

Finalidade: Apoio em espécie (refeições) aquando da recolha de sangue no dia 26/08/2018.

- ❖ **Clube Motorizado de Tarouca**

Total: € 369,00

Finalidade: Apoio em espécie (quadro elétrico) aquando da prova de motocross PENTACONTROL no dia 03/06/2018.

- ❖ **Associação Inter Tarouca**

Total: € 406,35

Finalidade: Apoio em espécie (produtos alimentares) aquando do XIV Quadrangular de Futsal Cidade de Tarouca, integrado nas festas de S. Miguel 2018.

- ❖ **Ginásio Clube de Tarouca**

Total: € 394,96

Finalidade: Apoio em espécie (produtos alimentares) aquando do II Torneio Internacional de andebol, integrado nas festas de S. Miguel 2018.

- ❖ **Associação de Juventude do Concelho de Tarouca**

Total: € 60,00

Finalidade: Apoio em espécie (produtos alimentares) aquando do V Torneio de Ténis, integrado nas festas de S. Miguel 2018.

Tarouca, 02 de outubro de 2018

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade ratificar os apoios concedidos.

**PONTO 4 - PROCESSO N.º 3/99- OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO COM OBRAS DE URBANIZAÇÃO NO LUGAR DO MÁRTIR DE S. SEBASTIÃO - TITULAR: CARLOS LOURENÇO, FILHO E GENRO, LDA - OBRAS DE URBANIZAÇÃO - EXECUÇÃO DOS TRABALHOS EM FALTA PELO MUNICÍPIO - PROPOSTA DE DECISÃO**

Presente a proposta da Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira, que a seguir se transcreve:

**"PROPOSTA DE DECISÃO**

**PROCESSO N.º 3/99 DE OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO COM OBRAS DE URBANIZAÇÃO**

**TITULAR: CARLOS LOURENÇO, FILHO E GENRO, LDA**

**LUGAR: MÁRTIR S. SEBASTIÃO**

**OBRAS DE URBANIZAÇÃO - EXECUÇÃO DOS TRABALHOS PELO MUNICÍPIO**

No âmbito da deliberação de 18/05/2017 sobre a execução das obras de urbanização do loteamento suprarreferido, acionando para o efeito a caução prestada, com prévia notificação aos interessados, esta efetuada por ofícios datados de 03/08/2018.

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL**

2018/10/04

Proponho que a Câmara Municipal aprecie e delibere sobre o proposto na informação técnica, com vista à execução dos trabalhos em falta e correção das anomalias detetadas, incumbindo o chefe da DGUA a acompanhar todo o procedimento, sem prejuízo do exposto no requerimento de Ana Rita Gomes, na qualidade de Administradora de insolvência da sociedade Carlos Lourenço, Filho e Genro, Lda. contribuinte n° 500993734, confirmando que a referida empresa se encontra insolvente, processo que corre termos de insolvência n° 3975/16.4T8VIS - Tribunal da Comarca de Viseu, Juízo de Comércio de Viseu - Juiz 1, e informando que "...não tem condições de proceder à execução das obras em falta necessárias à correção de anomalias e deficiências verificadas, assim, deverão acionar a caução prestada".

Tarouca, 2 de outubro de 2018

A Vereadora do Pelouro,

a) Susana Cristina Dias Pereira"

Verificou-se que a presente proposta vem acompanhada do processo de loteamento urbano com obras de urbanização n° 3/99, da informação do Chefe de Divisão da DGUA, datada de 19.09.2018.

**A Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira** informou que a Administradora da insolvência veio dizer, por ofício datado de 19.08.2018, registado sob o n° 7250, que a sociedade titular do alvará de loteamento, Carlos Lourenço Filho & Genro, Lda se encontra em insolvência e que não tem condições para proceder à execução das obras em falta necessárias à correção das anomalias e deficiências verificadas, pelo que deverá ser acionada a caução prestada.

Disse ainda que não tem conhecimento da necessidade da posse administrativa das parcelas a intervencionar, dado que as parcelas de terreno cedidas ao município se integram no domínio municipal com a emissão do alvará. Disse que do que conhece do RJUE, e no qual é referido que a "... pode determinar a posse administrativa do imóvel onde está a ser realizada a obra, por forma a permitir a execução coerciva de tais medidas.", não parecendo ser este o caso dado que a execução das obras resulta de uma condição do licenciamento e com consentimento expresso, sendo que no DL 448/91 não existia referência a tal ato, na execução das obras de urbanização pela Câmara Municipal.

**O Senhor Presidente da Câmara** informou que o valor da caução é suficiente para assegurar o pagamento das despesas com a realização das obras de correção, e que considera que os procedimentos a adotar devem ser iguais aos efetuados em outros processos com caso igual.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade, na sequência de deliberação anterior proferida em 18.05.2017, aprovar as presentes proposta e informação técnica e com fundamento nas mesmas, ao abrigo da alínea d) do n° 1 e do

n.ºs 2 a 4 do artigo 84.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16.12:

1.º promover a execução das obras de urbanização previstas no alvará de loteamento urbano n.º 2/2003, emitido em 10.12.2003, em falta e com deficiências de construção, para salvaguarda da qualidade do meio urbano e do meio ambiente, da segurança das edificações e do público em geral e também proteção dos direitos de terceiros adquirentes dos lotes e do próprio Município, a expensas do loteador, a sociedade Carlos Lourenço, Filho & Genro, Lda;

2.º os trabalhos a executar são os constantes do auto de receção provisória e do orçamento anexo, datados de 15.05.2017, no montante total de € 61.640,55 (sessenta e um mil e seiscentos e quarenta euros e cinquenta e cinco cêntimos), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor;

3.º os trabalhos serão executados por administração direta (os previstos nos artigos 2.1 a 2.6 - 2.9 a 2.17, 3.1.1, 3.2.1 e 3.3.1 do referido orçamento), no valor de € 48.599,79 (quarenta e oito mil e quinhentos e noventa e nove euros e setenta e nove cêntimos) e por empreitada (os previstos nos restantes artigos do referido orçamento), no valor de € 13 040,78 (treze mil e quarenta euros e setenta e oito cêntimos), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor,

4.º fixar em trinta dias o prazo de execução dos trabalhos por administração direta e em mais trinta dias o prazo de execução dos trabalhos por empreitada;

5.º seguir os trâmites fixados nos artigos 107.º e 108.º do RJUE, para execução das obras e respetivo pagamento, com exceção da posse administrativa, por não se aplicar; e

6.º para pagamento das despesas efetuadas será acionada a caução prestada pelo loteador para emissão do referido alvará de loteamento urbano com obras de urbanização, mediante garantia bancária, no valor atual de € 98 990,61 (noventa e oito mil e novecentos e noventa euros e sessenta e um cêntimo).

**PONTO 5 - PROCESSO N.º 136/18 - ALTERAÇÃO/AMPLIAÇÃO DE UM EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO SITO NO LUGAR DA COSTA - DÁLVARES - TITULAR: DINA MARIA CARMO CORREIA DI LUIGI - PROPOSTA DE APROVAÇÃO DO PROJETO DE ARQUITETURA**

O Senhor Presidente da Câmara, por impedimento legal, retirou-se da reunião para a discussão deste assunto, tendo passado o Senhor Vice-Presidente a presidir a reunião.

Presente a proposta da Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira, que a seguir se transcreve:

**"PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO**

**Processo n.º 136/18 - ALTERAÇÃO/AMPLIAÇÃO DE UM EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO**

**Local: Lugar de Costa - Dálvares**

**Titular: DINA MARIA CARMO CORREIA DI LUIGI**



**MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL**

2018/10/04

**ASSUNTO:**

Presente o requerimento nº 6585, de 30/07/2018, em nome de DINA MARIA CARMO CORREIA DI LUIGI, relativo ao pedido de licenciamento das obras de alteração/ampliação de um edifício de habitação - projeto de arquitetura, sito no lugar da Costa - Dálvares, freguesia de união das freguesias de Tarouca e Dálvares.

Proponho que a Câmara Municipal aprecie e delibere sobre o projeto de Arquitetura relativo às obras de alteração/ampliação de um edifício de habitação, nos termos expostos na informação técnica, constante do processo.

Tarouca, 2 de outubro de 2018

A VEREADORA RESPONSÁVEL PELO PELOURO

a) Susana Cristina Dias Pereira"

Verificou-se que a presente proposta vem acompanhada do processo de licenciamento de operações urbanísticas nº 136/18, em que é requerente Dina Maria Carmo Correia di Luigi e da informação técnica do Chefe de Divisão da DGUA, datada de 03.08.2018.

**A Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira** informou que o edifício existente, cuja ampliação é requerida, não tem altura de meação superior a quatro metros e que o Chefe de Divisão da DGUA na sua informação questiona "a viabilidade técnico-legal do projeto face às exigências previstas no articulado do seu regulamento, nomeadamente nos seus artigos 26º e 27º." e ainda a "servidão de vistas", esta, no entanto, já tão debatida - não se trata de matéria de direito público/urbanismo.

Disse ainda que considera de aplicar as regras descritas na alínea c) do n.º 1 do artigo 26º do regulamento do PDM, nos termos do texto da referida alínea, situação diferente da deliberação relativa a empenas com altura superior existente. Continuou dizendo que verificou ainda que o projeto - desenho do proposto para o "alçado lateral direito" não representa corretamente a linha natural do terreno confinante, não ficando assim demonstrado que não cumpre o referido artigo, carecendo a pretensão de perfis que demonstrem a relação do edifício proposto com os prédios confinantes - cotas do terreno e dimensão das parcelas contíguas.

O **Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias** perguntou se a requerente pretende manter ou aumentar o existente, ao que a **Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira** informou que pretende ampliar, mas que se trata de um imóvel de reduzida dimensão - tanto o existente como o proposto.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade:

- a) clarificar que se aplica ao caso concreto o disposto nos artigos 26º e 27º do Regulamento da Revisão do Plano Diretor Municipal, publicado no Diário da República, 2ª série, nº 235, de 07.12.2017;

- b) notificar a requerente para proceder à apresentação de desenhos - planta/perfis de enquadramento da envolvente existente, para correta verificação do cumprimento do disposto no artigo 26º do referido Regulamento. Terminada a discussão deste assunto, o **Senhor Presidente da Câmara** regressou à reunião.

**PONTO 6 - PROCESSO Nº 204/17 - PEDIDO DE ALTERAÇÃO DA OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO, SITA NO LUGAR DE SOUTO DO MERCADO, TAROUCA**

**REQUERENTE: EDUARDO DA CONCEIÇÃO PEREIRA DA SILVA - PROPOSTA DE DECISÃO SOBRE A ALTERAÇÃO DO USO DOS LOTES 5 E 6**

Presente a proposta da **Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira**, que a seguir se transcreve:

**"PROPOSTA DE DECISÃO**

**PROCESSO nº 204/17 Alteração da operação de loteamento**

**REQ. EDUARDO DA CONCEIÇÃO PEREIRA DA SILVA**

**LUGAR: SOUTO MERCADO - TAROUCA**

Presente um requerimento de pedido de licenciamento de alteração da operação de loteamento que incide sobre os lotes designados por 5 e 6, titulado pelo alvará de loteamento nº 6/79 em António da Trindade Lima Júnior, sito no lugar de Souto Mercado, freguesia de união das freguesias de Tarouca e Dálvares.

Proponho que a Câmara Municipal aprecie e delibere sobre o exposto na informação técnica, anexa ao processo, sem desvirtuar a pretensão - alteração do lote 5 e 6, sem prejuízo dos procedimentos devidos e essenciais pelo RJUE ao respetivo pedido de alteração.

Tarouca, 2 de outubro de 2018

A Vereadora do Pelouro,

a) **Susana Cristina Dias Pereira"**

Verificou-se que a presente proposta vem acompanhada do processo de alteração ao uso dos lotes nºs 5 e 6 do alvará de loteamento nº2/79, emitido em 19.12.1979 e da informação do Chefe de Divisão da DGUA, datada de 10.05.2018, onde conclui que: "Conforme pareceres da DGUA em processos anteriores da CMTarouca, números 25/95; 62/2004; 12/2010, mantem-se o parecer que deverá ser apresenta proposta de alteração ao loteamento para todos os lotes do Alvará Loteamento 06/79 aditado em 1983 sob Registo 563 municipal(a confirmar-se com referido atrás no ponto 1), de acordo com a realidade presente/proposta."

**A Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira** informou que existem processos relativos a pedido de licenciamento de instalação da estrutura de lavagem de carros, de 2004 e de 2010, notificando o requerente de que era necessário apresentar um pedido de alteração ao alvará de loteamento, agora entregue, muito embora existam outros pedidos sobre este mesmo loteamento para os quais não identificou qualquer alteração sobre o alvará de loteamento.

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL**

2018/10/04

Informou ainda que discorda da informação técnica, quando exige ao requerente o comprovativo da anexação de lotes 7 e 8 que não são sua propriedade, porque cada requerente deve responder pela sua pretensão, e que a informação técnica além de outras incoerências, ainda referencia o "Alvará Loteamento 06/79 como aditado em 1983 sob Registo 563 municipal (a confirmar-se com referido atrás no ponto 1)", verificando-se que este é um averbamento relativo a atualização de artigo matricial, solicitado no registo 541 e não sobre a anexação do lote 7 e 8, da qual até nem consta do processo a respetiva decisão final, no entanto assumida no processo relativo à Construção do edifício sobre os lotes 7 e 8.

Leu em voz alta um parecer da CCDRcentro sobre os alvarás de loteamento anteriores a 1981, cujo regime jurídico então vigente regulava as condições de divisão do terreno e não condições de construção, o que a leva a concluir que já no processo de 2005 e 2010, nesta perspetiva, deveria ter sido aprovada a instalação da atividade requerida, no que se refere ao tipo de ocupação.

Concluiu, propondo que seja entendido que não cabe a terceiros justificar a situação de todos os lotes em pedidos de alteração de condições de determinado lote e que a DGUA deve averiguar e rever os referidos processos de 2004 e de 2010, tendo em vista verificar se é preciso ou não a alteração ao alvará de loteamento para o requerente ver deferida a ocupação/instalação da atividade pretendida para o lote, sem prejuízo da questão da área dos lotes 5 e 6 se esta for uma real pretensão do requerente, até porque existem usos de comércio/serviços já aprovados para lotes do mesmo loteamento, para os quais nunca foi solicitada alteração ao loteamento.

**O Senhor Presidente da Câmara** disse que não conhece a edificação em causa. Entende que tudo deve ser feito para que seja resolvida a situação, ajudando as pessoas, de forma clara, sem complicar, desde que assegurado o cumprimento da lei.

**O Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias** concordou com o Senhor Presidente da Câmara e disse que os pareceres técnicos devem servir para ajudar o político a tomar a melhor decisão, sugerindo que a respetiva explicação fosse dada na reunião do Executivo, dada a complexidade de certas matérias. Isto porque, ou a decisão política é fundamentada no parecer técnico ou no senso-comum, e neste caso podem ser cometidos erros.

Concorda que o papel do Executivo é facilitar a vida aos munícipes ou melhorá-la, desde que não seja ilegal. Por esse motivo concorda também com a proposta da Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira: verifique-se primeiro e depois será proferida uma decisão final.

**A Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira** disse que a informação deveria ter mais referências técnicas, tendo chamado a atenção para os diversos pareceres, nomeadamente o supracitado parecer da CCDRN, que se identificam na internet.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade, com fundamento nos esclarecimentos prestados pela Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira devolver o presente pedido ao Chefe de Divisão da DGUA para que emita nova informação técnica onde (re)verifique se efetivamente é necessária a alteração ao loteamento, ponderando o seguinte:

1º face ao regime jurídico em vigor à data da emissão do respetivo alvará de loteamento urbano, a alteração ao uso das edificações a implantar/implantadas nos lotes n.ºs 5 e 6 não está sujeita a prévia alteração ao respetivo alvará de loteamento urbano, em virtude de esta especificação não constar dos respetivos título e processo;

2º a alteração à área dos lotes n.ºs 5 e 6 não deve abranger a situação dos demais lotes, pois não cabe a terceiros justificar a situação dos lotes sobre os quais não tem legitimidade.

#### **PONTO 7 - RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA**

Presente o resumo diário da tesouraria número cento e oitenta e três, de três de outubro corrente, o qual apresenta um saldo de dotações orçamentais no montante de € 89.272,58 (oitenta e nove mil e duzentos e setenta e dois euros e cinquenta e oito cêntimos) e um saldo de dotações não orçamentais no montante de € 265.346,25 (duzentos e sessenta e cinco mil e trezentos e quarenta e seis euros e vinte e cinco cêntimos).

Foi tomado conhecimento.

#### **PONTO 8- ABATE DE BENS MÓVEIS POR MOTIVO DE AVARIA/OBSOLESCÊNCIA E DESTRUIÇÃO AQUANDO DO INCÊNDIO DE 17.02.2017 - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO**

Presente uma informação técnica da Secção de Património, datada de três de outubro corrente, contendo a identificação dos bens móveis (quantidade: cento e trinta e nove) inscritos no mapa de bens inventariados do Município, a abater, para reciclagem, por motivo de incapacidade do bem, pertencentes à classe 101 - Equipamento de Informática, no valor total de € 0,00 (zero euros).

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL**

2018/10/04

Verificou-se que a presente informação vem acompanhada do mapa dos bens a abater e do relatório emitido pelo Gabinete de Informática.

Presente ainda uma informação técnica da Secção de Património, datada de três de outubro corrente, contendo a identificação dos bens móveis (quantidade: vinte e três) inscritos no mapa de bens inventariados do Município, a abater por motivo de destruição aquando do incêndio ocorrido no Edifício dos Paços do Município em 19.02.2017, pertencentes à classe 101 - Equipamento de Informática e à classe 102- Equipamento de Telecomunicações, no valor total de € 0,00 (zero euros).

Verificou-se que a presente informação vem acompanhada do mapa dos bens a abater e do auto de ocorrência emitido pelo Gabinete de Informática.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade autorizar o abate dos bens constantes das presentes informações e enviar para reciclagem os bens identificados na primeira.

**PONTO 9 - PROCESSO N.º 148/18- ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO EDIFÍCIO DA CRECHE E PRÉ-ESCOLAR SITO NA RUA DE S. MIGUEL - REQUERENTE: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE TAROUCA - PROPOSTA DE DECISÃO**

Presente a seguinte proposta da Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira:

**"Proposta de decisão**

**Processo n.º 148/18- Alteração e ampliação do edifício da Creche e Pré-Escolar sito na Rua de S. Miguel - Requerente: Santa Casa da Misericórdia de Tarouca**

Presente um requerimento em nome de Santa Casa da Misericórdia de Tarouca, pedido de licenciamento de alteração/ampliação do edifício da Creche e Pré-Escolar sito na Rua de S. Miguel, freguesia de união de freguesias de Tarouca e Dálvares.

Proponho que a Câmara Municipal aprecie e delibere sobre o exposto na informação técnica, anexa ao processo, sem prejuízo dos procedimentos devidos e essenciais pelo RJUE e demais legislação em vigor, ao respetivo pedido de alteração.

Tarouca, 2 de outubro de 2018.

A Vereadora do Pelouro,

a) Susana Cristina Dias Pereira"

Verificou-se que a presente proposta vem acompanhada do processo de licenciamento de operações urbanísticas n.º 148/18, em que é requerente a Santa Casa da



Misericórdia de Tarouca e da informação do Chefe de Divisão da DGUA, datada de 13.09.2018, onde conclui o seguinte: " Na perspetiva municipal, o edifício inclui-se em termos de PDM em vigor em solo urbano - Espaços Urbanos de Baixa Densidade Nível 1, sendo compatível com o mesmo, devendo cumulativamente, nos termos do seu Regulamento, do PDM, artigos 13º e 14º - Estacionamentos e bem assim, em termos de espaços verdes, que poderão ser incluídos/previstos no próprio logradouro do prédio do edifício escolar/equipamento, cumprir com a portaria 216-B/2008 de 3 de março, dado a proposta considerar-se uma operação urbanística com Impacte Relevante, nos termos, cumulativamente, do RJUE e Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação."

**A Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira** informou que submete este pedido à apreciação do Executivo para análise de decisão de duas matérias. A informação técnica diz que o pedido cumpre o PDM, mas ao mesmo tempo diz que - poderão ser incluídos/previstos, sem concluir, na apreciação, se o projeto cumpre, com quais áreas de cedência /compensações. No entanto, é de analisar se está correto que a pretensão se equipara a uma operação de impacto relevante, e se deve cumprir a portaria referida pelo técnico, tendo em conta o Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE).

Esclareceu que, partindo do princípio que o edifício cumpre o PDM e o uso, falta saber se o Município quer as cedências obrigatórias, mas para isso há que saber se há impacto relevante, para o qual o técnico nem refere em que alínea, número ou artigo o enquadra para classificar a referida operação. Ora, lendo os artigos 32º e 33º do RMUE esta operação não se encaixa em nenhuma das situações ali previstas.

Disse que a Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira concordou com a sua interpretação das citadas normas e que, assim sendo, o Município apenas poderia exigir as cedências se houvesse uma sobrecarga in comportável das infraestruturas, o que manifestamente não é o caso, e por isso não referenciado/fundamentado na informação do chefe da DGUA.

Conclui dizendo que os serviços técnicos e o executivo devem fazer a análise dos pedidos de acordo com a lei, apenas e tão só.

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL**

2018/10/04

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade que a operação urbanística de alteração/ampliação do edifício da Creche e Pré-Escolar sito na Rua de S. Miguel, freguesia de União de freguesias de Tarouca e Dálvares, a que se refere o presente pedido, não é uma operação com impacte relevante, por não se enquadrar em nenhuma das alíneas do n.º1 do artigo 33.º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º135, de 14.07.2010, que define o que são operações com impacte relevante, razão porque não está sujeita às cedências obrigatórias previstas na legislação em vigor, para áreas verdes, áreas de equipamento público, estacionamento, arruamentos e infra-estruturas exigíveis, que, de acordo com a licença ou comunicação prévia, devam integrar o domínio municipal, nos termos dos artigos 41.º e seguintes do citado regulamento.

Foi ainda deliberado por unanimidade que a operação urbanística não constitui uma sobrecarga incomportável para as infraestruturas existentes, razão porque também não há lugar às cedências obrigatórias a que alude a informação técnica prestada.

**PONTO 10 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE TAROUCA E À ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE ARGUEDEIRA, PELA ATIVIDADE PRESTADA NO EVENTO SABORES DO VAROSA**

Presente a proposta do **Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo**, que a seguir se transcreve:

"Durante as Festas de S. Miguel, a Santa Casa da Misericórdia e a Associação de Moradores de Arguedeira desenvolveram o evento "Sabores do Varosa", tendo ali servido as refeições de alguns grupos e de todos os elementos das Bandas de Música, referente ao encontro de bandas que decorreu no dia 30 de setembro.

Com esta atividade incorreram num gasto total de € 2.281,00 (dois mil e duzentos e oitenta e um euros), dos quais € 740,00 (setecentos e quarenta euros) são despesas da Associação de Moradores de Arguedeira e os restantes e € 1.541,00 (mil e quinhentos e quarenta e um euros) são despesas da Santa Casa da Misericórdia de Tarouca.

Face ao exposto, propõe-se a atribuição de subsídio no referido montante."

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade atribuir os seguintes subsídios:

- à Associação de Moradores de Arguedeira no valor de € 740,00 (setecentos e quarenta euros) e  
- à Santa Casa da Misericórdia de Tarouca no valor de € 1.541,00 (mil e quinhentos e quarenta e um euros), pela sua participação no evento "Sabores do Varosa", organizado pelo Município, durante as Festas de S. Miguel de 2018. (alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09)

Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente da Câmara** declarou encerrada a reunião pelas onze horas, da qual se lavrou a presente ata.

E eu, *Luísa Maria de Sousa Teixeira Romão*,  
Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira, a subscrevi.

